

Discurso do Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos, por ocasião da posse no cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em 2/1/02

Hoje, nesta tarde solene de 2 de janeiro de 2002, na presença carinhosa e eloqüente das autoridades, dos amigos, da família e dos audazes companheiros de jornada, assumo a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, cargo de imensa envergadura, consciente das obrigações e dos vários desafios que, nessa condição, um gestor público passa a enfrentar.

Invoco, humildemente, o grande Arquiteto do Universo e Senhor dos mundos para reconhecer-me operário no plano de Deus – o nosso Pai -, definido pelo poeta místico como aquele que

*“antes Dele não há antes
depois Dele não há depois”*

Embora não O vejamos, nem O toquemos, consola-nos a certeza de que Deus não é nada do que vemos, mas a causa de tudo, causa de todos e de cada um em particular.

Reverenci, “*ab imo corde*” os Magistrados desta Corte de Contas:

Adalberto Farias o ousado e operoso Presidente que elevou este Tribunal ao reconhecimento da sociedade pernambucana e da própria Associação Nacional – ATRICON – hoje tão bem representada pelo simpático sergipano Conselheiro Carlos Pina.

Ruy Lins, companheiro de jornada, leal às suas convicções, fiel aos seus amigos. Como se não bastasse o exemplo histórico da família Lins de Albuquerque, identifica-se com esse Tribunal e com os servidores, defendendo, sem discriminação, desde os mais humildes até o escalão mais alto.

Severino Otávio, iluminado filho da cidade de Bezerros que trouxe para esta Casa a experiência de Cartório, de prefeito e de deputado, sempre orientado pela estrela de 1ª grandeza que é seu pai, o honrado Ubirajara Raposo Monteiro.

Fernando Correia, o grande Fernandinho, cujo sa-

ber jurídico e o testemunho de sua lealdade, a todos encantam, engrandecendo o Tribunal com seu inigualável senso de justiça.

Carlos Porto, nosso Vice-Presidente com a experiência de Presidente desta Corte, em profícua administração. Foi muito bom deputado, hoje excelente Conselheiro, energizando, a todos nós, com os fluidos de sua juventude perene.

Romeu da Fonte, forjado na luta pelo respeito aos direitos do cidadão, “*specialissimo modo*” ao trabalhador rural de sua FETAPE cidadã. Secretário de Estado e deputado, pontifica, entre nós, como Conselheiro Corregedor.

Já se disse incontestavelmente, que, sem o servidor o Estado não Existe! Com mais precisão repetimos aqui e agora. O nosso servidor, estudioso, capaz, ousado, tem levado a nossa instituição ao reconhecimento e ao respeito maior. Sem os estimados funcionários e trabalhadores da casa, nada aqui existiria.

Nós e a Sociedade pernambucana contamos com vocês!

Aos companheiros de equipe, escolhidos para comandarem as ações de nossa Corte neste biênio; Creio em vocês, de cuja competência, capacidade de trabalho, saberes e liderança, depende o sucesso do nosso programa administrativo.

Aos gestores da “*res-publica*”, que são os responsáveis pela administração da riqueza do povo, na área estadual e municipal, nossa respeitosa saudação. Ao Tribunal de Contas não interessa importuná-los, criar dificuldades, prejudicá-los, senão orientá-los, ajudá-los a obter o melhor resultado como gerente do dinheiro do povo, na melhor aplicação em favor desse próprio povo.

O Tribunal de Contas assumirá, com dedicação exclusiva, as obrigações e os desafios que, por nosso intermédio, terá que enfrentar.

A primeira obrigação e o grande desafio serão, com certeza, continuar o avanço alcançado pelos que me antecederam.

Levar a nossa instituição a cumprir sua missão institucional, é ser eficaz. Ainda mais, temos de cumprir a missão otimizando os recursos a nossa disposição, em outras palavras, temos de ser eficientes.

Adalberto Farias e sua equipe, com dinamismo e desprendimento fizeram o Tribunal avançar, rumo à eficácia de suas ações e à eficiência de seus procedimentos.

Seguir os passos dessa gestão exemplar é, ao mesmo tempo, uma obrigação e um grande desafio.

Uma de suas ações mais significativas foi diagnosticar nossos processos e rotinas e apresentar uma proposta de redesenho organizacional a fim de adaptar o TCE-PE aos modernos conceitos e práticas administrativas. Igualmente importante foi desenvolver um sistema de avaliação funcional para uma administração de pessoal mais justa e focada nas mudanças que os novos tempos e uma sociedade consciente estão a exigir de suas instituições públicas. Essas conquistas resultaram da ousada contratação da Fundação Getúlio Vargas que nos apresentou o redesenho que pretendemos implantar.

A mudança é necessária, está em toda parte e vai além das organizações. Está nas cidades, nos países, nas pessoas, nos produtos e nos serviços, no tempo e no clima.

Esse redesenho propondo mudanças à organização, torna imperativa a transformação das pessoas. Daí a lição de Chiavenato:

“É o mesmo que imaginar que uma cultura pudesse ser transformada sem que os indivíduos que a compõem, se transformassem primeiro... A transformação tem início no momento em que, cada pessoa se compromete, intimamente a mudar... Nada vai mudar... até que nós mesmos mudemos e nos torne-mos parte da solução que buscamos”

Havemos de, humildemente, reconhecer que a nossa estrutura organizacional e nosso modelo administrativo, já não conferem rapidez às respostas que precisamos dar, dificultando a implantação de mode-

los mais apropriados à era da informação instantânea na qual vive a nossa sociedade. Apesar dos avanços, precisamos admitir que o nosso atual modelo gerencial e de estrutura orgânica, compromete a eficácia plena das nossas decisões, a exemplo de prestações de contas não examinadas dentro dos prazos constitucionais, denúncias e auditorias especiais arquivadas por perda de objeto, editais de licitação publicados com vícios e contratos que deixam de ser sustados porque não tivemos condições de analisá-los a tempo. Temos de mudar para corrigir essas anomalias. Cada um precisa assumir a sua própria mudança. A consequência será a mudança da estrutura organizacional.

A eficácia plena das ações do TCE passa pela implantação de um modelo gerencial que lhe permita efetividade. Respostas rápidas, eficazes e eficientes, como hoje demanda nossa sociedade, só se conseguem quando se privilegia, com rigor, a boa técnica administrativa. Uma estrutura organizacional de terceira geração só poderá ser implantada com gerentes, também, de terceira geração, como ensina Bartlett.

Esse é o nosso formidável desafio. Para vencê-lo é necessário o envolvimento de todos que fazem a organização, para que o processo de mudança seja efetivo: Conselheiros, diretores, servidores, nenhum de nós pode ficar à margem desse processo de mudança e desenvolvimento sugerido pela Fundação Getúlio Vargas.

A sociedade, cada vez mais cidadã, está a exigir resultados efetivos das ações dos Tribunais de Contas. Precisamos apresentar resultados positivos, inclusive de natureza econômica, a fim de que demonstremos que nossos serviços são mais eficientes do que possivelmente seriam aqueles prestados por organizações privadas de auditoria, como, ao contrário, parece que pensam alguns. Não alcançaremos esse ideal sem uma interação real e harmoniosa com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o apoio do Executivo, do Legislativo e da sociedade organizada.

Precisamos, todos e cada um de nós, continuar identificando nossas deficiências e, corajosa e verdadeiramente, assumi-las através de um processo catártico de desenvolvimento organizacional.

Se o bom direito não se encontra apenas nas leis, mas na consciência ética dos seus aplicadores, tam-

bém a gestão pública eficaz e eficiente não se forja só através delas, mas também da conscientização ética de seus gestores.

O maior de todos os desafios, não há dúvida, é sermos exemplares no exercício do Controle Externo. Em nossa linha de trabalho devemos exercer a Autoridade do Controle Externo, mas descartamos o poder de mandar e desmandar, de impor, de estar por cima, pois como ensina a catequese eclesial, entendemos esse comportamento como autoritário. Para nós, seguidores da Doutrina Cristã, Autoridade é serviço, é compromisso com a coisa pública, com o direito, com a Justiça.

Não chegamos à Presidência para ser servido, mas para servir. “*No veni ministrari sed ministrare*” é o legado evangélico que pretendemos obedecer.

A nossa tarefa é árdua e o trabalho volumoso. Mesmo que o quiséssemos nada conseguiríamos sozinho. Por isso convidamos todos – Conselheiros, diretores,

inspetores, assessores, coordenadores, chefes de divisão e de núcleos, membros das CPL, servidores – a fim de participarmos, efetivamente, da construção do nosso plano de ações. Já amanhã iniciaremos nosso Seminário de Planejamento e o trabalho continuará na próxima semana. Convido, mais uma vez, todos a participarem comigo da gestão que ora se inicia pois ela é de todos nós e é dirigida para o nosso principal cliente, o cidadão comum do povo.

Não esqueçamos as lições do cardeal Köning da Áustria, cujos ensinamentos seguimos:

“Devemos estar seguros do predomínio da ética sobre a técnica, da pessoa sobre o objeto, do espírito sobre a matéria”

Quero, por fim, numa coroação harmoniosa do meu discurso de posse, agradecer, comovido a presença das autoridades, ‘dos amigos, dos conterrâneos de São Joaquim do Monte e dos estimados companheiros de jornada do TCE-PE.